

Documento de síntese

Intercâmbio de Convergência Presencial de Durban de Movimentos Sociais e Feministas.

23 a 25 de abril de 2025 em Durban, África do Sul

Co-organizado pela Habitat International Coalition (HIC)[1] e Abahlali baseMjondolo[2]

[1] https://www.hic-net.org/
[2] https://abahlali.org/

Habitat International Coalition
Coalición Internacional del Hábitat
Coalition Internationale de l'Habitat
Coalizão Internacional do Habitat
التحالف الدولي للموئل
अंतरराष्ट्रीय पर्यावास गठबंधन

Organizações **participantes**

Coalizão Internacional Habitat (Secretaria Geral)

1.	Abahlali baseMjondolo (Abahlali)	África do Sul
2.	Comitê de Crise do Cabo	África do Sul
3.	Convergência Global de Lutas pela Terra e pela Água na África do Oeste (CGLTE-OA)	Mali
4.	Centro de Recursos de Organizações Comunitárias (CORC)	África do Sul
5.	Grupo de Ação para o Desenvolvimento (DAG)	África do Sul
6.	Deutsche Wohnen & Co Enteignen (DWE)	Alemanha
7.	Coalizão de Durban	África do Sul
8.	Federação dos Pobres Urbanos e Rurais (FEDUP)	África do Sul
9.	Plataforma de Agricultura Urbana e Periurbana de Gaza (GUPAP)	Palestina
10.	Trabalho de base	África do Sul
11.	Coalizão Internacional do Habitat (HIC)	Global
12.	Federação das Cidades do Interior (ICP)	África do Sul
13.	Ndifuna Ukwazi (NU)	África do Sul
14.	Grupo de Hidrologia da Palestina (PHG)	Palestina
15.	Planact	África do Sul
16.	Reclaim the City (RTC)	África do Sul
17.	Serviços Sociais para Refugiados (RSS)	África do Sul
18.	Instituto de Direitos Socioeconômicos da África do Sul (SERI)	África do Sul
19.	Slum Dwellers International - África do Sul (SASDI)	África do Sul
20.	Tecnológico de Monterrey	México
21.	União Nacional por Moradia Popular (UNMP)	Brasil
22.	Movimentos de Direitos à Terra do Povo do Zimbábue (ZPLRM)	Zimbábue

Habitat International Coalition
Coalición Internacional del Hábitat
Coalition Internationale de l'Habitat
Coalizão Internacional do Habitat
التحالف الدولي للموئل
अंतरराष्ट्रीय पर्यावास गठबंधन

Índice.

Organizações participantes..... 2
Histórico e objetivos..... 4
Resumo do intercâmbio de três dias..... 5
Dia 1: Construindo o poder juntos..... 5
Parte 1: Por que estamos aqui..... 5
Parte 2: De onde viemos e onde estamos agora?..... 6
Parte 3: Produção Social de Habitat (SPH) e Poder Popular..... 6
Dia 2: Tecendo perspectivas feministas e justiça climática em nossas lutas pelo habitat..... 10
Parte 4: Abordagens feministas ao habitat e à organização..... 10
Contando nossas histórias - documentação liderada pela comunidade..... 15
Parte 5: Justiça climática e direitos relacionados ao habitat..... 15
Parte 6: Redigindo nossa declaração..... 16
Parte 7: Para onde ir a partir daqui?..... 19
Dia 3: Atividades do Unfreedom Day, organizadas pelo Abahlali baseMjondolo..... 20

Histórico e objetivos

Centralizar as agendas dos movimentos sociais e as abordagens feministas é fundamental em nosso atual contexto político global, onde a moradia e a terra são excludentes, privatizadas e mercantilizadas, onde o estado de direito e os princípios e defensores dos direitos humanos são ameaçados e perseguidos, onde o espaço para a sociedade civil está diminuindo e o poder e a tomada de decisões estão cada vez mais concentrados nas mãos de poucos. A convergência do movimento social e feminista do HIC reúne diversos movimentos sociais em torno dos direitos humanos relacionados ao habitat, enfatizando abordagens feministas e princípios democráticos e de autogestão.

Essa iniciativa liderada pelo movimento se baseia em anos de engajamento e solidariedade da HIC no Fórum Social Mundial. O ímpeto renovado em 2022, impulsionado pelos representantes do Conselho da HIC para os Movimentos Sociais e os Movimentos Feministas e de Mulheres, levou a um intercâmbio presencial fundamental na Argentina em 2023, onde representantes da América Latina, África Subsaariana e Sul da Ásia iniciaram o desenvolvimento coletivo de uma agenda compartilhada. Foram identificadas três linhas estruturantes para o trabalho coletivo: (a) **objetivos de defesa política,** (b) **práticas de luta** a serem promovidas, apoiadas e desenvolvidas e (c) **atitudes e/ou princípios orientadores** para fortalecer a convergência entre lutas e regiões.

Com base nesse alicerce, as reuniões on-line em outubro de 2024 e a participação no Fórum Urbano Mundial no Cairo, em novembro de 2024, fizeram avançar ainda mais essa agenda. Esses compromissos enfatizaram a centralização dos direitos humanos, da moradia e da terra, da liderança das mulheres e das abordagens feministas nos movimentos sociais, além de promover o entendimento e a solidariedade entre regiões.

O intercâmbio presencial em Durban, na África do Sul, em abril de 2025, co-organizado pelo Abahlali baseMjondolo, um importante movimento de moradores de barracas, marca um avanço significativo. Coincidindo com a marcha anual do "Unfreedom Day" do Abahlali, esse intercâmbio visa avançar as linhas de estruturação estabelecidas com base nas prioridades identificadas pelos movimentos em um diálogo on-line preparatório em março de 2025. A agenda inclui visitas de campo, sessões de trabalho para desenvolver uma declaração compartilhada de objetivos de defesa política e participação na marcha do "Unfreedom Day".

Objetivo geral

Fortalecer ainda mais a interconexão, a solidariedade inter-regional e as prioridades comuns para a ação conjunta entre diversos movimentos sociais em torno de direitos relacionados ao habitat e abordagens feministas.

Objetivos específicos

I. Conhecer uns aos outros e trocar trajetórias sobre nossas experiências, *atitudes e princípios orientadores* de movimentos sociais;
II. Abrir espaço para mulheres e diversidade de gênero, e trocar aprendizados sobre abordagens feministas

III. Refletir e trocar informações sobre *práticas de luta* em torno dos direitos humanos relacionados ao habitat e à produção social do habitat, incluindo visitas, mobilização e solidariedade com a Abahlali;

IV. Desenvolver uma minuta de declaração de *objetivos de defesa política*, com base nos temas identificados na Argentina 2023 e expandindo-os.

Resumo do intercâmbio de três dias.

Dia 1: Construindo o poder juntos.

No dia 23 de abril de 2025, o intercâmbio de convergência presencial teve início com a Abahali e a HIC oferecendo comentários de boas-vindas e uma visão geral do programa, estabelecendo as bases para os dias seguintes e enfatizando o espírito colaborativo que sustenta o encontro.





Thapelo Mohapi, Secretário Geral, Abahlali BaseMjondolo, e Massa Kone, Representante da Diretoria da HIC para Movimentos Sociais.

Parte 1: Por que estamos aqui

Em seguida, a HIC facilitou uma sessão poderosa intitulada "O poder de nós", que foi um espaço intencional para promover uma conexão genuína entre os participantes, que foram incentivados a se conhecerem em um nível pessoal por meio de várias perguntas, reconhecendo os indivíduos por trás dos movimentos. O intercâmbio de convergência teve início com um forte senso de propósito compartilhado pelos participantes, preparando o terreno para um dia dedicado a compreender nosso poder coletivo e a jornada que nos trouxe até aqui.







Parte 2: De onde viemos e onde estamos agora?

Fazendo a transição para o contexto histórico da convergência, o HIC apresentou um histórico elaborado destacando o processo, os marcos e as atividades até o momento. Isso foi vinculado ao objetivo da convergência de Durban, incluindo seu programa, que foi dividido em três áreas temáticas: produção social do habitat, abordagens feministas ao habitat e organização, e justiça climática e direitos relacionados ao habitat. Os participantes compartilhariam suas experiências e práticas nessas áreas temáticas, com discussões abertas para mais contribuições, com o objetivo de identificar princípios e prioridades compartilhados.



Yolande Hendler, Secretária Geral do HIC, compartilhando o histórico do processo de convergência.

O foco mudou para o contexto local com o Abahlali baseMjondolo tomando a palavra. Eles compartilharam seus valores e as práticas poderosas de luta que definem seu movimento no contexto sul-africano. Essa conversa destacou as consequências do apartheid e seus efeitos persistentes no progresso do país. O significado do Unfreedom Day foi trazido à tona, fundamentando a discussão na luta contínua pela verdadeira libertação.



Thuso Mohapi, Movimento Abahlali baseMjondolo, compartilhando o histórico do movimento

Parte 3: Produção Social de Habitat (SPH) e Poder Popular.

Esta sessão explorou a prática da Produção Social do Habitat (SPH) e sua conexão com o poder das pessoas. Facilitada por Zaida Muxi, representante do Conselho da HIC para Movimentos Feministas, a

sessão, que foi projetada para ser híbrida para um envolvimento mais amplo, destacou exemplos inspiradores de iniciativas lideradas por pessoas:

- Maria Das Gracas De Jesus Xavier, da União Nacional por Moradia Popular (UNMP) Brasil, compartilhou histórias poderosas de lutas pela moradia popular e autogestão, ilustrando a aplicação prática dos princípios do SPH.
    - O Sindicato, fundado em 1987, atua em São Paulo há 37 anos, trabalhando em projetos de construção coletiva autogerenciados e na regularização fundiária. Graça destacou o foco da organização no direito à moradia, na participação popular em políticas públicas e na importância do trabalho de base em funções de liderança.
    - Ela compartilhou exemplos de projetos habitacionais bem-sucedidos que melhoraram as condições de vida de famílias que antes se encontravam em circunstâncias difíceis.
- Em seguida, Hilary Zhou, do Zimbabwe People's Land Rights Movements (ZPLRM), Zimbábue, destacou suas experiências de coletivização de moradia e terra, demonstrando a força da ação comunitária.
    - O movimento foi fundado há cerca de 18 anos para tratar de questões decorrentes do programa de reforma agrária do Zimbábue e se concentra na proteção de grupos vulneráveis, especialmente mulheres e crianças, que foram afetados negativamente por disputas e deslocamentos de terras.
    - Eles trabalham para documentar casos, fornecer assistência jurídica quando possível e aumentar a conscientização sobre questões de direitos à terra por meio da mídia social e de manifestações públicas. A organização defende a igualdade, a equidade e o equilíbrio de gênero na distribuição de terras e atualmente está envolvida na elaboração da política fundiária do Zimbábue.
- Vuyokazi Hlwatika, do Development Action Group (DAG), da África do Sul, concluiu esse segmento apresentando a impactante campanha Asivikelane sobre serviços públicos, demonstrando um aspecto vital da recuperação do poder das pessoas na formação de seus ambientes de vida por meio de auditorias sociais e defesa do orçamento.
    - A iniciativa visa ampliar as vozes dos moradores e melhorar a prestação de serviços por meio da coleta de dados e do envolvimento da comunidade. As auditorias sociais são realizadas mensalmente para avaliar os serviços básicos, e os resultados são compartilhados com as comunidades e as autoridades municipais.
    - A campanha fez com que os membros da comunidade fossem treinados como encanadores, defendendo a aquisição de banheiros com perspectiva de gênero e aumentando a participação da comunidade nos processos orçamentários municipais.

Palestrantes durante a sessão sobre Produção Social do Habitat





Em seguida, a palavra foi aberta para contribuições mais amplas, permitindo que os participantes compartilhassem suas próprias experiências e percepções. Com base nessa compreensão do SPH, a sessão passou para uma discussão orientada para a ação. Em um trabalho em grupo, os participantes identificaram de forma colaborativa as prioridades de defesa política para o SPH, trocando táticas e estratégias para promover essa abordagem crucial.

Análise das táticas das apresentações em grupo.

Uma análise das discussões em grupo acima revela quatro classificações de táticas e estratégias para o avanço da produção social de habitat, que incluem engajamento legal e político, organização e mobilização da comunidade, defesa e conscientização e abordagens alternativas e inovação.

A. Engajamento jurídico e político.

- **Litígio:** Uma estratégia de destaque em todos os grupos é o uso de litígio para se defender contra despejos, contestar abusos da lei e lutar por serviços básicos.
- **Advocacia e análise de políticas:** Houve uma forte ênfase no envolvimento ativo com as políticas. Isso envolve a análise coletiva e a redação de políticas para preencher as lacunas entre o governo e as comunidades, fazendo exigências ao governo e às autoridades e defendendo mudanças específicas nas políticas.

B. Organização e mobilização da comunidade

- **Mobilização e ação coletiva**: Uma tática central é a importância de organizar, mobilizar e agitar as comunidades para garantir o entendimento coletivo e falar em uma só voz. Isso inclui a formação de grupos, redes regionais e comitês em nível de edifício.
- **Unidade, confiança e construção de consenso**: As estratégias se concentram em promover a união e a confiança por meio de reuniões e discussões comunitárias para chegar a um consenso sobre questões e planos de ação.
- **Educação e capacitação:** O empoderamento das comunidades por meio de educação, treinamento e workshops é visto como crucial para permitir a participação e a tomada de decisões informadas.

- **Estratégias e planejamento liderados pela comunidade**: A ênfase está no desenvolvimento de estratégias e planos que se originam e são conduzidos pela comunidade, geralmente envolvendo visitas ao local e participação direta.

C. Defesa e conscientização

- **Envolvimento e colaboração das partes interessadas:** Os participantes destacaram a importância de envolver uma ampla gama de partes interessadas, incluindo movimentos de base, advogados, o Estado e até mesmo órgãos internacionais como a ONU. A colaboração com o governo também é proposta.
- **Defesa da mídia e formação de narrativas:** A utilização da mídia para defender causas e moldar narrativas públicas é identificada como uma tática fundamental.
- **Protesto e agitação:** Formas diretas de defesa, como protesto e agitação contínua, são incluídas como métodos para exigir mudanças.
- **Conscientização/Aumento da conscientização:** Informar e educar o público em geral sobre os problemas enfrentados pelas comunidades é considerado vital.

4. Abordagens alternativas e inovação

- **Sistemas alternativos de justiça:** Os participantes propuseram explorar e utilizar sistemas de justiça alternativos como uma abordagem complementar ao litígio formal.
- **Ocupações de terras:** Essa tática foi mencionada, indicando uma disposição para reivindicar diretamente a terra.

Os princípios básicos mencionados incluíam **(a) consistência e solidariedade**, ou seja, manter a consistência nos esforços e promover a solidariedade entre as comunidades afetadas e seus aliados, e **(b) participação das mulheres**, ou seja, a inclusão explícita das mulheres nos processos de tomada de decisão é enfatizada para obtain resultados mais inclusivos e eficazes.

Os participantes se envolveram nas discussões e apresentações em grupo.





Visita de campo ao Salt Rock Settlement.

A tarde culminou em uma atividade significativa: uma visita de campo com a Abahlali ao Salt Rock Settlement.





Intercâmbios durante a visita de campo a Salt Rock



Foto de grupo dos participantes da convergência após a visita de campo com os moradores do assentamento Salt Rock e o Abahlali BaseMjondolo. Essa experiência em primeira mão ofereceu insights valiosos sobre as realidades locais e o poderoso trabalho que está sendo realizado pelo Abahlali, solidificando as conexões feitas ao longo do dia.

Dia 2: Tecendo perspectivas feministas e justiça climática em nossas lutas pelo habitat

O segundo dia teve início após uma breve recapitulação das poderosas discussões do dia anterior e uma visão geral da agenda do dia.

Parte 4: Abordagens feministas ao habitat e à organização

Essa sessão híbrida, facilitada por Diana Wachira, Oficial de Aprendizagem do HIC-GS, incluiu discussões sobre interseccionalidade, direitos das mulheres à terra e à moradia e integração de perspectivas feministas nos planos de reconstrução e recuperação, conforme resumido abaixo:

- **Zaida Muxi, representante da Diretoria da HIC para os Movimentos Feministas**, iniciou a discussão, explicando o significado das abordagens feministas e sua interseção crucial com as leis de assistência.
    - Ela discutiu o feminismo e a interseccionalidade, enfatizando que a sociedade é construída a partir de uma perspectiva limitada que não leva em conta a diversidade.
    - Ela defendeu a necessidade de reconhecer as diferenças sem criar desigualdade e destacou a importância do cuidado na sociedade, que muitas vezes é subestimado e atribuído principalmente às mulheres.
    - Zaida também enfatizou a importância do espaço no condicionamento de nossas vidas (da casa à cidade) e pediu que se reimaginasse a forma como construímos nossos ambientes para promover a igualdade e a comunidade. Ela enfatizou a necessidade de pensar de forma diferente sobre o espaço para alcançar a igualdade, já que nossos espaços atuais são moldados por normas patriarcais.
    - O conceito de cuidado foi destacado como uma obrigação crucial, mas muitas vezes invisível, especialmente para as mulheres, que são responsáveis por cuidar dos filhos, da casa e do planeta.

- **Zandile Nsibande, do** Abahlali baseMjondolo, e **Lauren Royston e Nolwazi Mahlangu, do Socio** Economic Rights Institute of South Africa (SERI), ampliaram a conversa para a questão crítica do acesso equitativo das mulheres à moradia e à terra na África e, especificamente, na África do Sul, destacando o Women's Spaces Project e a busca contínua de legislação para uma reforma agrária antipatriarcal.
    - Zandile destacou os desafios que as mulheres enfrentam na África do Sul para ter acesso à terra e à moradia, incluindo casamento, direitos de propriedade e despejo, onde muitas vezes ficam sem teto devido a disputas conjugais.
    - Ela mencionou problemas com as autoridades tradicionais que negam às mulheres o acesso à terra sem a representação masculina, o que dificulta o acesso e a posse de terras de forma independente.
    - Ela observou que um workshop recente realizado pelo SERI (Socioeconomic Rights Institute of South Africa) ajudou a educar as mulheres sobre essas questões.
    - Em seguida, a apresentação passou a apresentar a SERI, uma organização sem fins lucrativos criada em 2009 que trabalha com várias comunidades, movimentos sociais e indivíduos para concretizar os direitos socioeconômicos e enfrentar a desigualdade por meio de litígio, pesquisa e defesa.
    - Lauren, da SERI, discutiu o projeto Women Spaces, que se concentra na igualdade de direitos das mulheres à terra e à moradia. O projeto envolve a colaboração de várias organizações e inclui defesa de políticas, educação popular e pesquisa sobre violência de gênero em assentamentos informais.
    - Lauren destacou o trabalho deles, comentando o white paper sobre Assentamentos Humanos e desenvolvendo fichas técnicas sobre tópicos como mulheres que resistem a despejos e violência baseada em gênero. Ela também apresentou uma nova estrutura

que examina a violência estrutural e lenta em relação às desigualdades sistêmicas nos assentamentos informais.

- A sessão expandiu ainda mais seu escopo com **Maha Maqadma, da Plataforma de Agricultura Urbana e Periurbana de Gaza (GUPAP), Palestina**, e **Asma Samaan, do Grupo Palestino de Hidrologia (PHG), Palestina**, compartilhando percepções pungentes sobre os meios de subsistência e projetos agrícolas liderados por mulheres em meio à crise em Gaza, Palestina, destacando a resiliência e a engenhosidade das mulheres diante da crise**.**
- de adversidade.
    - Maha fez uma apresentação sobre os meios de subsistência e projetos agrícolas liderados por mulheres durante a crise em Gaza, destacando os desafios enfrentados pelas mulheres empresárias, incluindo o acesso limitado ao mercado e a desigualdade de gênero.
    - Maha descreveu o impacto da guerra sobre as empresas lideradas por mulheres, com apenas 20% ainda em funcionamento e 50% parcial ou totalmente danificadas. Ela discutiu as estratégias de resposta emergencial do GUPAP, incluindo campanhas de marketing lideradas pela comunidade e apoio em espécie para mulheres empresárias.
    - Maha concluiu apresentando metas de advocacy para aumentar a resiliência das mulheres e integrar seus projetos aos planos de reconstrução e recuperação agrícola.
    - Asma fez uma apresentação sobre a Palestinian Women Water Practitioners Network (PWWPN), destacando suas histórias de sucesso e práticas de campo antes e durante a guerra.
    - A PWWPN foi fundada em resposta aos desafios da ocupação, da insegurança hídrica e da marginalização rural, que aumentaram a carga sobre as mulheres e limitaram seu papel na tomada de decisões.
    - Ela enfatizou a abordagem multifacetada que a organização adota para enfrentar os desafios hídricos e ambientais por meio de projetos inovadores que abrangem agricultura sustentável, gerenciamento de recursos hídricos, capacitação da comunidade e ajuda humanitária.

Em seguida, foi aberta a palavra, o que permitiu trocas ricas e perspectivas diversas sobre essas questões vitais. Os principais pontos levantados incluem a importância da educação e da mudança de tradições internas para promover a igualdade de gênero, táticas para manter os princípios feministas durante conflitos e o papel das mulheres na criação de mudanças sociais positivas. Uma campanha chamada "Women Can Do It" foi mencionada como uma ferramenta para capacitar as mulheres na liderança e abordar questões como direitos à terra e violência baseada em gênero. Também foram feitas perguntas sobre a documentação das histórias das comunidades e o potencial das leis de desapropriação para tratar de questões fundiárias na África do Sul.



Palestrantes durante a sessão sobre abordagens feministas para habitat e organização.

Sessão de imaginação: Exercício de reflexão e meditação

Os participantes passaram por um momento de reflexão e meditação individual para orientá-los a abrir a imaginação em relação a suas casas e cidades. Eles foram convidados a imaginar diferentes espaços e mudanças sociais, incluindo espaços públicos e ambientes domésticos, e depois foram incentivados a escrever ou desenhar suas reflexões sobre esses espaços imaginados.



Um participante ilustrando sua imaginação no papel

"Movimento de ocupação na África do Sul e sua abordagem para criar espaços alternativos para a população urbana pobre

Bevil Lucas deu início à sessão sobre "nossos bens comuns", enfatizando a necessidade de sistemas alternativos ao capitalismo, questionando o sistema atual e a possibilidade de construir e reconstruir comunidades de forma diferente. Ele falou sobre a Cissie Gool House como um exemplo de ocupação de um prédio abandonado pelo governo para oferecer abrigo e proteção a famílias urbanas pobres. A ocupação criou um espaço seguro para mulheres, crianças e pessoas se envolverem coletivamente na construção da comunidade. Ele observou que a liderança da ocupação é liderada por mulheres, enfatizando o poder de pessoas organizadas com um objetivo comum.



O movimento DWE em Berlim e suas estratégias de desapropriação e socialização de grandes propriedades corporativas.

Erna e Danielle, da Deutsche Wohnen & Co Enteignen (DWE), falaram sobre a propriedade coletiva e a organização em torno da moradia e da terra na Alemanha. Elas explicaram a crise habitacional na Alemanha, incluindo a venda de moradias públicas e os altos aluguéis e despejos resultantes. Eles descreveram a estratégia da organização de desapropriar grandes proprietários e transferir propriedades para a propriedade pública ou comunitária, enfatizando uma abordagem de baixo para cima e princípios antidiscriminatórios.



"A InnerCity Federation na África do Sul e suas estratégias de envolvimento direto com o governo na defesa dos direitos dos pobres urbanos

Siyabonga compartilhou a experiência da Innercity Federation, um movimento de federação sul-africano que começou em meados de 2015 para tratar de questões de moradia diretamente com funcionários do governo. A federação trabalhou para resistir a despejos, acessar serviços básicos e desafiar os governos locais nos tribunais. Ele enfatizou a importância do envolvimento direto com as partes interessadas e a importância da colaboração local e regional para apoiar seus esforços.



Contando nossas histórias - documentação liderada pela comunidade.

Matthew Jordaan facilitou essa discussão que enfatizou a importância da narração de histórias na comunicação, especialmente para movimentos e organizações da sociedade civil. Ele destacou a necessidade de alavancar e usar a narração de histórias para criar narrativas impactantes, ilustrando como uma abordagem centrada no ser humano pode levar a uma cobertura significativa da mídia e à melhoria da comunidade. A conversa também explorou os preconceitos nas narrativas da mídia, como o capitalismo e o neocolonialismo, e o conceito de descentralizar essas narrativas por meio da autoetnografia colaborativa e do jornalismo cidadão. O objetivo seria humanizar as histórias, promover a empatia e desafiar o enquadramento da mídia convencional.

Parte 5: Justiça climática e direitos relacionados ao habitat.

A sessão da tarde abordou a interseção de "justiça climática e direitos relacionados ao habitat" em um formato híbrido.

- Massa Kone, da Convergence Global des Luttes pour la Terre et l'Eau en Afrique de l'Ouest (CGLTE-OA), Mali, e Representante da Diretoria da HIC para Movimentos Sociais, iniciou a discussão delineando os vínculos críticos entre as lutas climáticas e a defesa de direitos, destacando a questão vital das lutas pela terra e pela água em Mali e na África Ocidental.
    - Ele destacou as caravanas da organização, que são atividades de grande escala que ocorrem em diferentes países, envolvendo milhares de membros. Essas caravanas têm o objetivo de aumentar a conscientização e pressionar os governos a tratar de questões como apropriação de terras, mudanças climáticas e agricultura.
    - A organização também participa de contra-cúpulas e contra-atividades quando há cúpulas ou eventos internacionais. Ele discutiu o surgimento do Fórum Social Mundial como um contraponto às reuniões globais de líderes, com o objetivo de criar uma narrativa alternativa. Ele mencionou o próximo evento do fórum em Benin e propôs que a próxima convenção seja realizada no Fórum Social Mundial para discutir mais preocupações e mobilizar.
- Kira Erwin, da Groundwork, África do Sul, compartilhou sua vasta experiência e percepções sobre a defesa do clima liderada pela comunidade.
    - Ela discutiu a importância das organizações comunitárias na abordagem da mudança climática e da gestão de desastres, destacando a necessidade de ação e planejamento coletivos, especialmente em comunidades vulneráveis.
    - Kira também enfatizou a importância da preparação para desastres e da criação de kits de desastres comunitários, compartilhando a experiência da Coalizão de Durban, que reuniu a sociedade civil e organizações comunitárias para desenvolver o Plano Popular para o Direito à Moradia na Era das Mudanças Climáticas.
    - O plano inclui a criação de novas estruturas de governança, a garantia de que as comunidades tenham seus próprios planos de gerenciamento de desastres e a preparação para condições climáticas severas.

Parte 6: Redigindo nossa declaração.

Após as discussões, a sessão passou para uma sessão de redação colaborativa, na qual os participantes trabalharam em grupos para revisar os pontos de rascunho da declaração, concentrando-se nos temas principais de **produção social do habitat, abordagens feministas ao habitat e justiça climática**. Em seguida, cada grupo fez um relatório, compartilhando suas percepções sobre valores, táticas e prioridades para avançar nessas prioridades temáticas. Esse processo coletivo garantiu que a declaração refletisse verdadeiramente as diversas perspectivas e os compromissos compartilhados pelos participantes.

A. Produção Social do Habitat (SPH)

Os participantes destacaram a produção social de habitat como um processo em que as comunidades participam ativamente da formação de seus ambientes de vida, priorizando as necessidades coletivas em detrimento das forças do mercado.

Os valores essenciais da SPH foram identificados como:

- **Transparência**: abertura e honestidade em todos os processos decisórios relacionados à terra e à moradia.
- **Prestação de contas**: mecanismos para garantir que os detentores do poder sejam responsabilizados por suas ações e decisões que afetam o habitat.
- **Solidariedade prática** entre movimentos sociais: construção de alianças fortes e apoio mútuo entre diversos movimentos sociais e feministas que trabalham em prol da justiça habitacional e fundiária.
- **Denuncie a terra como uma mercadoria**; a terra e a moradia devem ser um bem comum para a sociedade.

As principais prioridades incluíam o seguinte:

I. Participação das mulheres na tomada de decisões, ou seja, garantir que as vozes e perspectivas das mulheres sejam fundamentais para a agenda de terras e moradia.
II. Capacitação por meio de workshops, compartilhamento de conhecimento e educação política para permitir que as comunidades participem ativamente da formação de seus habitats e da defesa de seus direitos.
III. GC26 - Reconhecendo a terra como um direito humano: Fazer campanha ativa para o reconhecimento formal da terra como um direito humano fundamental.
IV. Protestar, organizar e mobilizar além das fronteiras: Utilizando a ação coletiva, organizando movimentos de base e construindo solidariedade transnacional para desafiar sistemas injustos de terra e moradia.
V. Defesa de políticas: Engajamento em defesa estratégica para influenciar políticas e legislação em nível local, nacional e internacional para promover o acesso equitativo à terra e à moradia.

As principais táticas estratégicas destacadas incluíram **(i) Referendo**, ou seja, a utilização de processos democráticos para envolver diretamente os cidadãos nas decisões relativas ao uso da terra e às políticas habitacionais; **(ii) Ocupação**, ou seja, o emprego de táticas de ação direta, como ocupações de terras e moradias, para desafiar a propriedade injusta e exigir acesso; e **(iii) Assembleia geral internacional**, ou seja, a criação de plataformas para o diálogo global, a troca de conhecimento e a ação coordenada entre os movimentos sociais que trabalham com questões de habitat.

B. Abordagens feministas ao habitat.

Os participantes discutiram táticas e prioridades para abordagens feministas ao habitat, centralizando a igualdade de gênero e o cuidado, e desafiando as normas patriarcais e as estruturas de poder que, muitas vezes, excluem as mulheres do acesso, uso e controle da terra e da moradia, e da tomada de decisões na formação de seus ambientes de vida.

As principais abordagens/táticas destacadas incluem as seguintes:

I. **Educação das mulheres sobre seus direitos**, incluindo o fornecimento de educação abrangente às mulheres sobre seus direitos legais relacionados à propriedade, herança (incluindo a redação de testamentos válidos), direitos conjugais e de coabitação e proteção contra despejos ilegais.

II. **Co-criação de legislação** para garantir a proteção de mulheres e crianças; participação ativa no desenvolvimento de leis que protejam especificamente os direitos de propriedade de mulheres e crianças, inspirando-se em modelos bem-sucedidos, como as leis de proteção no Brasil, onde as moradias sociais são frequentemente registradas em nome de mulheres.

III. **Envolver e educar a liderança tradicional** em uma abordagem mais igualitária de gênero para a alocação de terras, a fim de promover práticas mais equitativas de gênero na distribuição de terras e na tomada de decisões.

IV. Educar os homens para que vejam as mulheres como iguais e não apenas apoiem as mulheres, mas também tomem medidas para garantir a segurança das mulheres e uma sociedade melhor, e também para que façam uma introspecção de seus próprios comportamentos e preconceitos.

V. **Reorganização das relações comunitárias para o cuidado e o bem-estar compartilhados:** promoção de vínculos comunitários mais fortes e equitativos, em que a responsabilidade pelo cuidado e pelo bem-estar seja compartilhada igualmente entre todos os membros.

VI. **Criar comunidades mais autônomas**, nas quais nos apropriamos do fornecimento de recursos e do bem-estar: Construir comunidades autossuficientes em que os residentes se apropriem e gerenciem coletivamente recursos e serviços essenciais, inclusive segurança e proteção (por exemplo, iniciativas de policiamento lideradas pela comunidade).

C. Justiça climática.

A discussão enfatizou a interconexão da justiça ambiental, de habitat e social. Ela destacou que o enfrentamento das mudanças climáticas exige uma abordagem centrada nas pessoas e de baixo para cima, que priorize as necessidades dos mais vulneráveis e desafie o poder dos grandes poluidores.

Os princípios orientadores foram identificados como:

- **Solidariedade internacional,** ou seja, a criação de alianças além das fronteiras para lidar com a natureza global das mudanças climáticas e seus impactos.
- **Foco nas causas básicas**: Identificar e desafiar os fatores sistêmicos da mudança climática, incluindo o setor de combustíveis fósseis.
- **Responsabilização dos poluidores:** Exigir que as empresas e outros grandes poluidores assumam a responsabilidade por seus danos ambientais e contribuam para transições justas.

As principais abordagens/táticas incluíam o seguinte:

- **Abordagem centrada nas pessoas:** Inclusão e equidade: vinculação intencional dos movimentos de justiça ambiental e justiça habitacional para garantir que a ação climática beneficie a todos, especialmente os mais marginalizados.
- **Movimento contra os grandes poluidores**: organização e mobilização de ações coletivas para desafiar o poder e a influência das corporações que impulsionam as mudanças climáticas.
- **Abordagem de baixo para cima:** Priorizar soluções lideradas pela comunidade e o conhecimento local no enfrentamento dos desafios climáticos.
- **Começando com as necessidades imediatas**: Enquadrar a justiça climática através das lentes das necessidades locais imediatas, como a insegurança da terra e da moradia, por exemplo, abordando como as mudanças climáticas exacerbam a vulnerabilidade da moradia.
- **Proteger/assegurar coletivamente os mais marginalizados**: Desenvolver estratégias para proteger e garantir a moradia e a posse da terra das populações mais vulneráveis em face dos impactos climáticos.
- **Eliminar o abismo rural/urbano** no conhecimento das mudanças climáticas: Facilitando a troca de conhecimentos e o aprendizado compartilhado sobre os impactos e as soluções das mudanças climáticas entre as comunidades rurais e urbanas.
- **Aprender juntos, compartilhar conhecimento e documentar** à medida que avançamos: Compartilhamento e documentação sistemáticos de experiências, conhecimentos e práticas recomendadas na abordagem da justiça climática em nível local.
- **Construção de infraestrutura social em escala local:** Fortalecimento de redes e recursos comunitários para aumentar a resiliência em face dos desafios relacionados ao clima.
- **A mudança climática como uma questão de direitos humanos:** Enquadrar a ação climática em uma estrutura de direitos humanos, enfatizando o direito a um ambiente seguro, saudável e sustentável.
- **Identificação de inimigos comuns** (grandes corporações/empresas): Reconhecer os interesses corporativos e econômicos comuns que impulsionam as injustiças sociais e ambientais.
- **Valorização do conhecimento local e criação de planos de ação contextuais** para a justiça climática: Priorizar o conhecimento local e desenvolver estratégias de justiça climática adaptadas aos contextos específicos da comunidade.
- **Abordagem interseccional da justiça climática**: Reconhecer como a mudança climática interage com outras formas de desigualdade, como gênero, raça e classe, e abordar essas vulnerabilidades interseccionais.

- **Apreciar/abordar as especificidades regionais:** Reconhecer que a compreensão e a priorização das questões ambientais podem diferir entre as regiões, por exemplo, Oriente Médio e África.
- **Destacar vulnerabilidades específicas:** Abordar as vulnerabilidades exclusivas de grupos específicos, como mulheres grávidas, à poluição da terra, da água e do ar exacerbada pelas mudanças climáticas.

Parte 7: Para onde ir a partir daqui?

À medida que o dia se aproximava do fim, a sessão de encerramento se concentrou na questão crítica de "Para onde ir a partir daqui?" Esse segmento fundamental facilitou uma discussão abrangente e voltada para o futuro entre os participantes, que identificaram e exploraram, de forma colaborativa, vários caminhos para o engajamento contínuo e a ação unificada nos níveis de base e global e em diversas regiões geográficas.

Os seguintes momentos globais foram especificamente destacados como plataformas estratégicas para ampliar a agenda compartilhada e a voz coletiva:

- **O G20 África do Sul 2025**: Isso representa uma oportunidade de coordenar e fazer a ligação com os processos de engajamento da sociedade civil, concentrando-se especificamente em questões relacionadas à moradia e aos direitos à terra que emergem da convergência.
- **O Fórum Social Mundial 2026:** esse encontro global de movimentos oferece um espaço crucial para a formação de redes, estratégias e solidariedade, além de apresentar nossa declaração compartilhada de prioridades.
- **Revisão da Nova Agenda Urbana 2026:** esse processo de revisão que se aproxima oferece uma oportunidade fundamental para que o grupo avalie o progresso e os desafios na implementação da Nova Agenda Urbana e defenda compromissos mais fortes com a terra, a moradia e o desenvolvimento urbano sustentável.

Para garantir um acompanhamento concreto e um impulso sustentado, os participantes identificaram coletivamente os seguintes itens de ação principais:

I. Desenvolvimento da minuta da declaração: O SG do HIC trabalharia no desenvolvimento da minuta inicial da declaração que engloba os principais resultados, demandas e visão compartilhada resultantes das discussões. Essa minuta será então distribuída entre os participantes para feedback e refinamento.
II. Envolvimento com os participantes do Intercâmbio da Argentina para incorporar suas perspectivas, percepções e feedback à versão preliminar da declaração.
III. Planejamento da participação no Fórum Social Mundial: Esse planejamento envolverá a elaboração de estratégias sobre a melhor forma de aproveitar essa plataforma para fazer networking, advocacy e construir alianças.
IV. Acompanhamento do workshop de documentação liderado pela comunidade: ferramentas e documentos do workshop de documentação liderado pela comunidade serão compartilhados com os participantes para facilitar o desenvolvimento contínuo de habilidades para contar suas próprias histórias e ampliar suas vozes.

V. Organize um encontro de jornalistas para conscientizá-los sobre como fazer reportagens sobre moradia e justiça fundiária, incentivando reportagens mais informadas e com nuances.

O dia terminou com reflexões finais, uma avaliação do programa e planos iniciais para o próximo Unfreedom Day, liderado pela HIC e pela Abahlali. Essa sessão final reforçou o senso de solidariedade e o propósito coletivo, garantindo que o impulso gerado nos últimos dois dias se traduzisse em ações concretas.

Dia 3: Atividades do Unfreedom Day, organizadas pelo Abahlali baseMjondolo.











